

Abertura econômica e "democratização" na ponta do fuzil: a questão do Iraque e o chamado consenso sobre a democracia liberal no pós- Guerra Fria

Fhoutine Marie Souto e Mariana Silveira Bueno*

Resumo:

O processo de democratização do Iraque após a invasão estadunidense é a principal bandeira do governo de George W. Bush na "cruzada" empreendida no Oriente Médio, na chamada guerra contra o terrorismo e pela defesa dos "valores morais". A mudança de regime político imposta sob a mira de fuzis faz parte da estratégia de estender a órbita de influência dos Estados Unidos no mundo. O consenso da globalização, que une democracia ao neoliberalismo, constitui uma estratégia de contenção do declínio do poder dos Estados Unidos está associada à abertura de mercados, sem que estas mudanças dêem conta dos problemas internos do país ocupado.

O consenso da democracia liberal na era da globalização

Desde a queda do muro de Berlim, o fim da guerra bipolar foi tratado por autores de orientações ideológicas variadas, com ênfase no papel que a democratização teria para este "admirável mundo novo". Com o colapso do regime soviético, a democracia como sistema de governo foi apontada como a única alternativa possível (Fukuyama, 1992), atribuindo a este momento histórico o triunfo definitivo e incontestado da democracia liberal. A democracia liberal estaria fadada a se tornar universalmente popular porque seria o melhor sistema político que a humanidade poderia propor, uma vez que não há uma tensão

* Mestrandas em Ciências Sociais pela PUC/SP e pesquisadoras do NEILS.

contraditória entre este sistema de governo e o liberalismo econômico. Ao contrário, esses dois elementos se mostram intimamente ligados (Giddens, 1994).

Outros teóricos discorreram sobre as potencialidades desta forma de governo no mundo permeado pela globalização, apontando que a participação da sociedade civil poderia ser uma alternativa para a lacuna deixada pelas sociedades comunistas (Sousa Santos, 2002; Gómez, 1998). Com efeito, antes mesmo da queda do muro de Berlim, as últimas três décadas já se caracterizavam pela celebração de dois de seus traços marcantes: a globalização e a democratização, sendo o primeiro termo identificado com uma economia capitalista de alcance definitivamente mundial e o segundo, entendido como forma de organização de poder político dos Estados nacionais. (Gómez, 1998). Foi nesse período que o mundo assistiu a esses fenômenos importantes para o cenário político-econômico atual: os processos de financeirização e transnacionalização cada vez maiores da economia e a popularização da democracia liberal como forma de governo, a “terceira onda” descrita por Huntington (1991), processos estes que ganharam novo impulso com o fim da bipolaridade.

Uma análise mais aprofundada dos traços dominantes da globalização política leva a concluir que subjazem a esta, três componentes de Consenso de Washington: o consenso do Estado fraco, o consenso da democracia liberal e o consenso do primado do direito e do sistema judicial. A imposição global do consenso da democracia liberal tem criado muitos problemas, pois não se trata de um modelo monolítico a ser aplicado em sociedades e realidades muito distintas. Mesmo assim, o modelo de democracia estadunidense é adotado como condição política da ajuda e do financiamento internacional e tende a “converter-se numa versão abreviada, senão mesmo caricatural, da democracia liberal” (Sousa Santos, 2002: 42).

De fato, chama a atenção o fato de a democracia liberal aparecer associada à globalização como condição de mútuo fortalecimento: enquanto a primeira ofereceria as garantias políticas e institucionais para se levar à frente reformas orientadas para o mercado, a segunda forneceria bases materiais e de bem-estar mais sólidas para o regime democrático. (Gómez, 1998: 15) A retórica liberal sustenta num regime democrático estão salvaguardados os direitos de propriedade e, portanto, há mais garantias que neste sistema os acordos financeiros sejam respeitados. Contudo, a dupla globalização-democracia liberal colhe frutos desiguais, pois a pressão para que os países adotem regimes e instituições democráticos parece estar mais voltada para a consolidação do livre-mercado que para a construção de uma cultura democrática.

Não é de hoje que a democratização de países em diversas áreas do globo, antes de configurar a última alternativa política e a superação das utopias é um instrumento que converge com os interesses políticos dos Estados Unidos, país que desde a sua gênese como Estado independente tem como um forte componente identitário a democracia liberal (Tocqueville, 2004). Mesmo autores de abordagem conservadora, como Samuel Huntington (1991), afirmam que os Estados Unidos não podem existir como nação sem a democracia liberal e que no mundo do pós-Guerra Fria, o país não só pode, como deve adotar ações unilaterais para o controle das ameaças vindo de “Estados delinqüentes” (Kagan, 2003). Neste contexto, é fundamental que a democracia se espalhe pelo mundo e que os Estados Unidos sejam o agente desta transformação¹.

Democratização ou liberalização?

A democracia na era da globalização – entendida em seus aspectos político, econômico e cultural – configurou-se como forma de governo hegemônica articulada a um consenso em torno da idéia de que países que possuem instituições democráticas são mais confiáveis para receber ajuda de organismos internacionais e para atrair investimentos de empresas transnacionais. Atílio Borón (2002) afirmou que há uma identidade falsa entre capitalismo e democracia. Ou seja, cria-se a idéia de que sem capitalismo não existe a possibilidade de uma sociedade democrática. Isto ocorre porque, de acordo com o discurso liberal, somente o capitalismo é capaz de construir uma sociedade a partir de práticas e valores democráticos. Neste sentido a síntese criada entre liberalismo e democracia é responsável pela instabilidade resultante de princípios antagônicos de constituição do poder político.

Após a o fim da Guerra Fria verificou-se fortemente a presença dos dois componentes – democracia e liberalismo econômico – na onda de democratização surgida com o fim das ditaduras militares na América Latina e com o fim da União Soviética. Este fenômeno, entretanto não se trata de algo isolado, pois a democratização tem aparecido aliada a uma estratégia para contenção do declínio do poder dos Estados Unidos como a última superpotência global (Wallerstein, 2005). A política imperial ataca em duas frentes: por um lado aumenta a órbita de influência norte-americana, contendo a ameaça do suposto terrorismo internacional. A idéia baseia-se no credo liberal de que democracias não se atacam mutuamente (Huntington, 1991). Por outro lado, a democratização reforça o consenso ultraliberal que une democracia liberal e capitalismo, fazendo com que a adoção de instituições democráticas por um

1. Curiosamente esses autores não comentam o apoio estadunidense a regimes ditatoriais na América Latina e em outros continentes nos anos 60/70, o que, contudo não faz parte dos objetivos deste artigo.

país seja acompanhada da abertura de mercados e da exportação de aquilo que Benjamin R. Barber (2005) chamou de McMundo. Este problema pode ser verificado na situação do Iraque, que anteriormente havia sido aliado dos Estados Unidos e cuja invasão seguida de uma tentativa de democratização imposta pela ocupação estadunidense atende a esses objetivos.

A política dos EUA adotada em relação ao Iraque não é uma novidade. As “verdades duradouras” de Noam Chomsky (2000), mostram que os valores políticos e econômicos estadunidenses, em particular a “liberdade”, a democracia liberal, a “igualdade”, a propriedade privada e o livre mercado, são pretextos já utilizados anteriormente. Os golpes militares na América Latina, a Guerra do Golfo, as invasões do Haiti e da República Dominicana no final dos anos 90 e as guerras do Vietnã e da Coreia, são alguns exemplos que podemos citar da política estadunidense adotada para garantir o controle político e econômico do globo. Em outras palavras, os EUA têm como prerrogativa a defesa, a qualquer custo, dos valores liberais. No entanto, nenhum país tem o direito de defender-se da ideologia e das políticas predatórias estadunidenses. Países que não seguirem as regras impostas estão sujeitos a sofrerem intervenção militar dos “preservadores da paz” em prol da globalização. No entanto, os países que controlam as organizações do comércio mundial e as instituições financeiras internacionais são os únicos capazes de estabelecer tais regras. “A aplicação desigual de regras comerciais resulta da natureza imperial da estrutura da economia mundial” (Petras, 2000: 10).

Em março de 2003, a força de coalizão liderada pelos EUA invadiu o Iraque com a justificativa da existência (nunca comprovada) de armas de destruição em massa no país. Saddam foi deposto e executado em dezembro de 2006, condenado pelo assassinato de 148 muçulmanos xiitas em na vila de Dujail em 1982. Em junho de 2004 foi estabelecido governo interino e uma nova Constituição foi aprovada em outubro do mesmo ano. A “reconstrução” do país, capitaneada pelos Estados Unidos, fez com que se elegeisse o governo e Parlamento. Porém, o estabelecimento deste pretense regime democrático não trouxe paz à região. Ao contrário, desde o início da Guerra do Iraque em 2003, amplos setores população têm resistido à ocupação estadunidense e os conflitos entre civis e as tropas da coalizão têm causado a morte de milhares de pessoas².

A ocupação do Iraque pretendia criar, a exemplo do que aconteceu com Alemanha e o Japão após a Segunda Guerra Mundial, uma vitrine da

2. O site www.icasualties.org/oif/ calcula diariamente o número de mortos no Iraque desde a invasão em 2003.

influência norte-americana naquela região. Levando em conta que os referidos países ainda possuem bases militares norte-americanas dentro de seus territórios passados mais de 50 anos do fim da Segunda Grande Guerra, compreende-se que a ocupação do Iraque, que já dura quatro anos, não tem data para terminar. A idéia é que, uma vez democrático, o Iraque sirva de espelho para todo o Oriente Médio. Tem-se aí a solução de dois problemas: a ameaça terrorista (que inclui os conflitos com Israel) e a exportação do modo de vida americano, com seus valores liberal-democráticos e individualistas, abrindo as portas para que o neoliberalismo possa se estabelecer na região. Os atentados de 11 de setembro e os argumentos em torno das armas em destruição em massa nunca encontradas e o medo que estas supostas armas caíssem nas mãos de “terroristas islâmicos”³ são insuficientes para explicar a invasão do país, como tampouco seria uma análise puramente economicista. Por isso é preciso esclarecer que a decisão de invadir o Iraque já estava esboçada bem antes do 11 de setembro. Na verdade, em sua primeira campanha eleitoral George W. Bush já dava sinais de isto estava sendo planejado⁴.

Os planos da invasão do país constam no documento “Rebuilding America’s Defenses” elaborado pelo *think tank* Project for a New American Century⁵, uma organização cujo objetivo central é defender o poder americano e que tem como signatários nomes como Dick Cheney (vice-presidente dos Estados Unidos), Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Jeb Bush, Francis Fukuyama, e Norman Podhoretz. Basicamente argumentam que o Império Americano não podia dar-se ao luxo de ser complacente ao fim da Guerra Fria. O documento publicado em 2000 deu origem à Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, anunciada em setembro de 2002. Como sugere Tariq Ali, nenhuma razão isolada explica a escolha do Iraque como alvo.

Em termos econômicos, o Iraque possui a segunda maior reserva de petróleo barato do mundo; a decisão de Bagdá em 2002, de cobrar suas exportações em euros em vez de dólares arriscou-se a ser imitada por Chávez na Venezuela e por mulás iranianos; a privatização dos poços iraquianos sob controle norte-americano ajudaria a enfraquecer a Opep; em termos estratégicos, a existência de um regime árabe independente em Bagdá sempre irritou os militares israelenses. Finalmente, assim como o uso de armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki foram uma demonstração exemplar do poderio

3. Segundo Tariq Ali, poucos, exceto os Estados Unidos, acreditam que o ferozmente secular Partido Baath, do Iraque, poderia ter algum vínculo com a al-Qaeda. E quanto às armas, “o único arsenal da região está situado em Israel”, diz o autor.

4. Ver mais informações em “Iraque: a guerra pelas mentes”, de Paula Fontenelle (2004).

5. O documento está disponível no endereço www.newamericancentury.org

militar americano para a União Soviética hoje uma guerra relâmpago (...) serviria para mostrar ao mundo em geral (...) que quando a barra pesa os Estados Unidos têm, como último recurso, os meios de impor sua vontade. (Ali, 2003:167)

Considerando a experiência com a Alemanha democratizada e o Japão após a Segunda Guerra Mundial, é fácil entender que os defensores da tese de reconstruir nações como Afeganistão e Iraque se inspirem nela. Mas vale lembrar que esta experiência é uma história de envolvimento a longo prazo (soldados americanos ainda estão posicionados em ambas as regiões, quase sessenta anos após o fim da guerra), de compromisso para organizar instituições internacionais e criar um sistema de leis internacionais como uma estrutura para a recuperação econômica e democratização (Barber, 2005: 173). Não é este tipo de ação que tem sido aplicada no caso do Iraque, cuja “democratização” parece limitada ao estabelecimento das condições de garantia para a operação do livre-mercado descritas anteriormente. Não há um esforço para criar condições para que se desenvolvam dentro deste país instituições democráticas no plano interno ou o fortalecimento de uma sociedade civil participativa nas questões locais, para a consolidação do novo sistema político. O impulso de fomentar o crescimento da democracia liberal, neste caso, acaba sendo confundido com o impulso de exportar o capitalismo e explorar os mercados globais.

De acordo com Chesnais (1996), este processo pode ser analisado como uma nova fase do processo de internacionalização do capital. A hegemonia do capital financeiro permite que a capacidade de penetração de capitais, a realização de intervenções e, conseqüentemente, o ganho gerado neste processo seja muito maior. Desta forma, o capital pode ser inserido em todo o globo por meio das intervenções do Estado, ou seja, o modo de produção capitalista pode ser levado a todas as partes, o que no caso do Iraque se dá por várias vias: pelas empresas chamadas para a reconstrução do país, pela contratação de empresas de segurança para auxiliar as tropas militares (o que Maquiavel chamaria de “milícias mercenárias”), pelos auxílio internacional para financiar o processo de recolonização do país. A acumulação em escala mundial é garantida por aparatos econômicos, militares e ideológicos. Através da comunidade corporativa internacional, que possui suas sedes no centro imperial, as agências internacionais (BM, BIRD, ONU, OMC, FMI) e órgãos executivos do governo estadunidense possibilitam que a expansão do capital ocorra para além de suas fronteiras nacionais, de forma segura. Neste sentido, o Estado Imperial se materializa através do governo estadunidense, que por meio de acordos bilaterais, alianças econômicas e militares acaba favorecendo parcela das classes governantes de cada país (Petras, 1987).

Quatro anos após a invasão, o desafio para as forças da coalizão liderada pelos Estados Unidos é restabelecer a ordem e garantir a segurança no país com bases no novo regime pretensamente democrático. Porém, problemas internos como a insurgência da população sunita, bem como o das milícias xiitas e as exigências da minoria curda, fazem com que o país continue na eminência de uma guerra civil⁶, enquanto os confrontos com os soldados estadunidenses se acirram.

Democracia preventiva

A “democracia preventiva” proposta pela política externa do governo Bush supõe que a única defesa a longo prazo para os Estados Unidos (assim como para as demais nações do mundo) contra a anarquia, o terrorismo e a violência é a própria democracia liberal: democracia no plano interno das nações e democracia nas convenções, instituições e regulamentos que governam as nações, sejam multilaterais ou bilaterais. Porém, tornar a democratização equivalente à ampliação do mercado é o traço básico da estratégia de construção de nações pós-guerra. A premissa central é que o livre-mercado promove o surgimento de homens e mulheres livres, e que mercado e democracia liberal significam mais ou menos a mesma coisa (Barber, 2005: 182). Porém, esta política está hoje concentrada mais na exploração dos livre-mercados que no apaziguamento de conflitos internos do país, seguindo uma tradição de democracia liberal, na qual este sistema de governo se concentra mais nos procedimentos como eleições, discussão pública de demandas da população, parlamento, etc.

No caso particular do Iraque, a política da administração Bush revela a que ponto são distintas as chamadas forças do mercado e a democratização. Mesmo antes de começar a guerra, o governo tinha convidado corporações americanas para concorrer aos contratos das obras de reconstrução. Falou-se muito da conexão entre alguns membros da administração e certas corporações interessadas (Halliburton, por exemplo), mas não se prestou devida atenção ao fato mais importante de que a reconstrução, no seu conjunto, estava sendo privatizada e americanizada.

6. Quatro anos após a deposição de Saddam, a população do Iraque permanece com grandes conflitos internos. A participação da população sunita, que até então dominava a política do país foi reduzida. Por sua vez, a minoria curda faz exigências territoriais e a respeito do petróleo no país. Por fim, há ainda a formação de milícias xiitas, população majoritária, filiadas a partidos que têm ligações com o clérigo radical do país. Paralelo a isso, ainda existem problemas como o alto índice de analfabetismo - que atinge a quase 60% da população - que estão longe de serem solucionados apenas por ocasião da mudança de sistema político.

No início de 2007, o governo estadunidense anunciou que os gastos com a invasão do Iraque batiam a marca dos US\$ 290 bilhões, valor muito superior aos US\$ 50 bilhões inicialmente previstos em 2003, primeiro ano da invasão. No entanto, a ONG National Priorities Project afirma que os gastos com a invasão do Iraque já teriam ultrapassado US\$ 420 bilhões de dólares⁷. Segundo dados da GlobalSecurity.org, site de análises militares, se a guerra perdurar até 2010, o gasto dos cofres públicos estadunidenses chegará a US\$ 1 trilhão. Os gastos públicos com a guerra foram responsáveis pela criação do Contrato Internacional de Objetivos para o Iraque (ICI), aprovado por unanimidade na conferência de Sharm El-Sheikh, no Egito, no início de maio de 2007. O contrato tem como principal objetivo fornecer US\$ 30 bilhões ao Iraque, com entrega dos recursos na forma de ajuda financeira e por meio do perdão de grande parte das dívidas contraídas pelo país antes da invasão estadunidense. A medida faz parte de um plano quinquenal na tentativa de alcançar a estabilização política e financeira no país. Para isso pretende-se que até 2008 a dívida do país seja reduzida de US\$ 38,9 bilhões para US\$ 7,8 bilhões. O ICI foi aprovado na conferência que reuniu representantes dos EUA, do Iraque, da Rússia, da China, do Irã e de países europeus e árabes. Elaborada em julho de 2006, numa ação conjunta de Bagdá e da ONU, com o apoio do Banco Mundial, a iniciativa pretende melhorar a segurança e a economia do Iraque, abalado pela violência desde o início do conflito⁸.

A ocupação do Iraque foi idealizada por uma ala mais agressiva do Pentágono, os “falcões” (que inclui o ex-secretário de defesa Donald Humsfeld e o ex-subsecretário de defesa, ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz⁹, que também são membros do *Project for a New American Century* citado anteriormente) que tem como princípio não só a derrubada de Sadam Hussein, mas o estabelecimento do que consideram uma cultura democrática. O pano

7. Segundo o site da National Priorities, o custo da Guerra do Iraque é freqüentemente recalculado, com base em novas informações e alocações de recursos. O cálculo inclui gastos militares e gastos com a reconstrução do Iraque. O gastos com a invasão do Iraque só incluem fundos e despesas adicionais criados por conta da guerra. Por exemplo, pagamentos regulares de soldados não estão incluídos, mas pagamentos por combate estão. Não se incluem possíveis gastos futuros, como cuidados médicos com soldados e veteranos feridos na guerra. Não está claro se os fundos atuais irão cobrir o custo de vestimentas e instrumentos militares utilizados. Também não entram no cálculo futuros impostos que poderão ser criados já que a guerra é financiada por déficits crescentes.

8. Informações publicadas na Folha Online em 03/05/2007, disponível no endereço eletrônico <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/mundo/ult94u107013.shtml>, acessado em 05/05/2007 às 23h50

9. Durante o processo de elaboração deste artigo Paul Wolfowitz renunciou à presidência do Banco Mundial por acusações de nepotismo.

de fundo dessas políticas agressivas, contudo, é o declínio dos Estados Unidos no sistema mundial, processo que parece ser percebido principalmente pelos atuais “falcões”, que defendem políticas agressivas para inverter este processo. A política militarista, além disso seria uma forma de desviar a atenção sobre o fraco desempenho econômico do país no governo George W. Bush (Wallerstein, 2004: 31). A eleição de um novo “inimigo público número um”, o terrorismo islâmico, é exatamente o motivo que estas políticas precisavam para ser implantadas, ainda mais por se tratar de um inimigo sem rosto, cujas redes podem estar hoje no Iraque e amanhã onde for mais conveniente. (Wallerstein, 2004:128).

No caso do Iraque, fica evidente que os Estados Unidos não estão empenhados em exportar a democracia liberal e sim em globalizar o capital corporativo chamando-o de democracia, que impulsionado pelo caráter ainda mais assimétrico da atual fase de mundialização do capital, permite ao capitalismo “pular fora da caixa em que estava confinado pelo Estado-nação democrático”, dando lugar a práticas predadoras e à anarquia global, com as instituições democráticas ficando relegadas a segundo plano. Dessa forma, o capitalismo global moderno espraia a rapina sob o estandarte da democracia.

Reconhece-se que com Sadam Hussein a população iraquiana não vivia no melhor dos mundos - basta citar a participação do falecido soberano no genocídio da população curda. Contudo, a democracia liberal não pode ser imposta sob a mira de fuzis e muito menos sob a exportação do chamado McMundo – que na verdade é o estabelecimento da política e da cultura neoliberais – como se isso fosse beneficiar aquela população. Se a atual fase de expansão capitalista se faz acompanhar de diversas transformações da democracia liberal no mundo, entre as quais seu espraio e sua baixa intensidade, não se deve confundir abertura de mercado com democratização. É altamente provável que esta pretensa indistinção que se manifesta na ofensiva estadunidense contra o Iraque seja um aspecto fulcral da crise do sistema-mundo apontada por Wallerstein. E que a “abertura de mercado”, aliadas às tentativas de imposição da liberal-democracia, especialmente quando se recorre à ocupação militar, é mais o sintoma do que solução para esta mesma crise.

Bibliografia:

- ALI, Tariq (2003). *Bush na Babilônia – A recolonização do Iraque*. Rio de Janeiro: Record.
- BARBER, Benjamin R. (2005). *O Império do medo – Guerra, terrorismo e democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- BORON, Atílio A. (2002). *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- CHOMSKY, N. (2000). *Democracia e mercados na nova ordem mundial*. In: GENTILI, Pablo. (org). *Globalização Excludente - desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, A. (1994). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp.
- GÓMEZ, J. M. (1998). Globalização, Estado-nação e cidadania. In: *Contexto Internacional*, vol. 20, nº1, janeiro/julho. Rio de Janeiro, IRI/PUC-RJ.
- FUKUYAMA, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HUNTINGTON, S. (1998). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. São Paulo: Ed. Objetiva.
- _____. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- KAGAN, R. (2003). *Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Rocco.
- PETRAS, J. (1987). *Clase estado y poder em el tercer mundo: Casos de conflictos de clases en América Latina*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (2000). *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes.
- SOUSA SANTOS, B. (org.) (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- TOCQUEVILLE, A. (2000). *A Democracia na América, Vol. II: Sentimentos e Opiniões*; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- WALLERSTEIN, I. (2004). “Democracia: retórica ou realidade?” in: *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto.